

Apresentação

Antigos marcadores sociais, novas abordagens políticas

Old social markers, new political approaches

ANDREA LOPES DA COSTA
EDLAINE DE CAMPOS GOMES

Os temas gênero, sexualidade, raça, etnia e religião, frequentemente chamados de *identitários*, emergiram no debate público dos países ocidentais na metade final do século XX; desde então, apresentam-se cercados de controvérsias. Tal emergência resulta da ação coletiva de movimentos sociais que investiram em diálogo (nem sempre pacífico) com o Estado em busca de resolução de suas demandas por reconhecimento e por direitos sociais e políticos.

Assim, movimentos feministas da segunda onda¹ foram bem-sucedidos ao ressignificarem a relação entre o público e o privado, denunciando que as relações produzidas na esfera privada teriam fortes contornos de um projeto político. Os movimentos pelos direitos civis, por sua vez, apresentaram formas de pressão pelo combate às desigualdades raciais e para a construção de normas justas. Os movimentos LGBTQIAP+ adquiriram visibilidade a partir da década de 1980 como fruto de luta por direitos sociais e respeito às expressões de sexualidade.

¹ Segunda onda refere-se a uma categorização para o que é entendido como as etapas do movimento feminista: assim a primeira onda corresponderia às lutas pelo sufrágio universal, enquanto a segunda, perceptível a partir dos anos 1950/60 teria como principal pauta a problematização da condição de gênero e do patriarcado e a luta por equidade.

Contudo essa emergência em um debate político da segunda metade do século XX fez crer que se tratasse de questões recentes. Na verdade, são marcadores sociais históricos e fundamentais para a compreensão das relações sociais. Ainda mais: tal como defendido pelas perspectivas contra-hegemônicas — a exemplo dos estudos interseccionais, das análises pós-coloniais e decoloniais —, não se trata meramente de temas, mas são elementos organizadores do mundo. Eles configuram objetivamente as relações sociais estabelecendo hierarquias de poder, de dominação e de prestígio; do mesmo modo, organizam o trabalho, a educação e demais elementos de qualidade de vida, definindo o acesso e a exclusão. Deste modo, não é possível uma leitura do mundo sem considerá-los.

Como marcadores sociais, gênero, sexualidade, raça, etnia e religião são temas clássicos das Ciências Sociais, especificamente da Sociologia e da Antropologia. E, pode-se afirmar, são temas que acompanham a fundação desses dois campos de conhecimento. Autores canônicos e fundadores desses campos dissertaram sobre seus efeitos como organizadores da vida e definidores das hierarquias, de relações de poder e de dominação. No campo da religião, não é possível desconsiderar clássicos como “As formas elementares da vida religiosa”, de Emile Durkheim (1996); ou a sequência de estudos de religião de Weber, com “A ética protestante e o espírito do capitalismo” (1994), “Religião na China” (1968) e “Religião na Índia” (1967). Também Karl Marx utilizou a religião para pensar “A questão judaica” (2004), e Tocqueville o fez, indiretamente, ao analisar “A democracia na América” (1987).

Raça certamente não foi um tema frequente e diretamente abordado na Sociologia clássica. E não o foi porque a preocupação principal desse campo de conhecimento em seu nascedouro era compreender os efeitos da passagem de um modelo europeu tradicional para formas modernas de organização social. Contudo, alguns autores o mencionaram, ainda que com certa superficialidade. O mesmo não se pode falar sobre a Antropologia. Tomando “o outro” como objeto de estudo, e alicerçado pela sensibilidade à alteridade, esse campo de investigação dedicou longas páginas a refletir sobre o conceito de raça para a humanidade.

Os chamados clássicos continuam a nos lembrar da relevância de temas como sexualidade e gênero, aparecendo articulados em obras seminais de Max Weber e Émile Durkheim, por exemplo. Evidentemente, gênero não foi abordado tal como denunciado pelas feministas do século XX: ou seja, como relações sociais atravessadas por práticas de dominação. Comportamentos, valores e moralidades emergem em discussões sobre família, parentesco, religião. Em Durkheim (1975; 1996) vemos a preocupação em definir a família

conjugal e o papel do casamento na modernidade, assim como também aparecem questões de gênero e sexualidade na obra “Formas elementares da vida religiosa”. Em diferentes textos, Weber (1971) nos informa sobre comportamentos e valores em análises comparativas de crenças e instituições religiosas, estando a sexualidade e o gênero incluídos nesses dinâmicas. No que tange aos clássicos da Antropologia, em particular, temos as obras fundantes de Bronislaw Malinowski (1982; 2000), com suas abordagens sobre vida sexual, casamento, família, repressão nos chamados “povos primitivos”, e Margareth Mead (2006), com sua discussão relacionando sexo e temperamento, entre tantos outros autores nos quais essas temáticas são abordadas, com maior ou menor centralidade.

Contudo, embora largamente presentes no campo da teoria social, somente nas últimas décadas esses marcadores têm emergido como centrais para os debates (e embates) públicos e ações da política institucional. Evidentemente seus efeitos já haviam sido notados na literatura política do início da segunda metade do século XX, apresentando-se, contudo, como elementos secundários em um processo mais amplo do debate sobre igualdade e democracia. Marshall (1967), por exemplo, os considerou quando mencionou as lutas por ampliação de cidadania e a busca por direitos e igualdade social.

Notadamente, aparecem na literatura política hegemônica com os debates sobre reconhecimento de Charles Taylor (1994), Axel Honneth (2003), Jürgen Habermas (2007) e Nancy Fraser (2007; 2009). Para esses teóricos, a produção de justiça deve levar em consideração os elementos de compõem a identidade, como gênero, raça, sexualidade e religião, temas tratados neste dossiê.

E é neste momento que a controvérsia se instaura: teóricos liberais os rejeitam como organizadores e definidores das relações sociais posto que o elemento fundamental para a realização social estaria colocado na autonomia e na agência individual. Defensores da tradição marxista apontam que classe e, conseqüentemente, a contradição entre capital e trabalho seriam os principais construtores das desigualdades; raça, gênero, sexualidade e religião, embora elementos distintivos reais, deveriam configurar como expressões ou epifenômenos de outros marcadores.

Esse debate é igualmente real para o caso do Brasil. Acredita-se que aqui esse novo cenário, caracterizado pela emergência destes temas para a política institucional e para a leitura política de forma geral, tenha sido resultado de transformações sociopolíticas e das novas formas de organização e fortalecimento do ativismo na busca por justiça social e

ampliação de direitos, sobretudo desde o período de redemocratização e a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Esses marcadores são evidenciados como potentes referências para a produção de assimetrias e desigualdades, tanto pela produção acadêmica das ciências sociais, como pelos movimentos sociais organizados. Por essa razão, Estado e instituições políticas foram instados a reconhecer seus impactos, elaborar medidas de combate e implementar políticas. Como resultado de um diálogo tenso produzido entre sociedade civil e Estado, a política institucional se deparou com a necessidade de discutir questões como a presença de mulheres e mulheres negras na política, racismo e intolerância religiosa, combate à homofobia e à transfobia, direitos de povos originários, direitos humanos, entre outros.

Este dossiê é aberto com uma entrevista concedida às organizadoras por Luiz Augusto Campos, professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e editor-chefe da revista *Dados*. A interlocução antecipa temas tratados ao longo do volume, ajudando a situar o leitor não familiarizado, e aborda aspectos relacionados à temática, como a controvérsia em torno do chamado identitarismo. Para Campos, trata-se de uma “categoria de acusação” que desconsidera (a) o quanto as clivagens raciais estão “intimamente atreladas às desigualdades de classe” e (b) o fato de que esses atores lutam por direitos básicos, como o de deixarem de figurar como alvo privilegiado de violências.

Na sequência, o volume traz cinco artigos que discutem e problematizam tais marcadores e suas possíveis articulações, assim como analisam diálogos travados entre setores do ativismo e a política institucional, bem como ações e reações a inovações na legislação e à implementação de políticas atinentes à temática. De maneira geral, o que constitui o pano de fundo dos debates produzidos pelos autores e autoras são os caminhos traçados pelos diferentes processos protagonizados por instituições, organizações e movimentos sociais atuantes no decorrer das mudanças políticas ocorridas após a promulgação da Constituição de 1988. Deste modo, o conjunto de temas e questões apresentados nos artigos abrange violência política contra mulheres; lutas, apagamentos e silenciamentos sobre minorias LGBTI+ na política pública brasileira; política e religião na construção da imagem pública do ex-presidente Bolsonaro; e ainda políticas de ação afirmativa. Vale referir que essas contribuições trazem análises sobre temáticas emergentes no campo dos direitos na última década.

O artigo “A violência política contra as mulheres em perspectiva interseccional (VPCMI): Minas Gerais como *locus* teórico e prático sobre a compreensão do fenômeno”, de Marlise Matos, Viviane Gonçalves e Ester Monteiro, aborda a violência política contra

as mulheres sob a perspectiva de um quadro mais amplo do entendimento sobre “o que é violência política”. Tal discussão vem sendo notabilizada especialmente na última década, mas a temática passou a ser normatizada com a Lei nº 14.197/2021, que dispõe sobre violência política em geral, e a Lei nº 14.192/2021, que especifica a violência política contra as mulheres. A replicação dessas diretrizes para os níveis estaduais ainda é escassa, e o texto indica que Minas Gerais foi a primeira unidade da federação a promulgar legislação sobre o tema, por meio da criação do Programa de Enfrentamento ao Assédio e Violência Política contra a Mulher (Lei nº 24.466/2023). As autoras informam seu recrudescimento nos três níveis legislativos, problematizando tal relação do ponto de vista interseccional.

A discussão empreendida por Marcelo Natividade no artigo “Sobre LGBTI+, políticas públicas e violências: entre apagamentos e a luta pelo aparecimento” traz o tópico que entrecruza as complexas relações entre ações do Estado brasileiro, população LGBTI+ e os ativismos. O artigo desenvolve as temáticas com base em conferências ministradas pelo autor, que analisa as políticas públicas nos mandatos presidenciais de Jair Messias Bolsonaro e na metade do terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Aborda estratégias, agendas e discursos, que vão desde um intenso movimento de desmonte a tentativas de reconstrução de políticas pautadas pelos direitos humanos. Também considerando a emergência do governo de Bolsonaro, Edlaine de Campos Gomes, Júlio Bizarria e Juliana Baptista investem na conformação da imagem pública do ex-presidente mediada pela perspectiva religiosa e/ou parareligiosa, tanto por seus simpatizantes como por seus antagonistas. Para tanto, analisam o ritual do batismo no Rio Jordão, *performances*, charges, memes e outros elementos que fomentaram os embates políticos antes e depois da sua eleição. Apontam que os discursos produzidos, notabilizados nesses meios de reprodução de posicionamentos políticos, apresentam características comuns que são utilizadas como instrumentos metaideológicos.

No âmbito das políticas de ações afirmativas no campo da Educação, o dossiê traz dois artigos. O primeiro parte da análise dos dados das abstenções ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) durante a pandemia de Covid-19, dando enfoque aos candidatos do estado do Rio de Janeiro. No artigo “Raça e o desafio da inclusão: a abstenção na candidatura de pretos e pardos do Rio de Janeiro no Enem durante a pandemia de Covid-19”, Ana Beatriz Severo Xavier observa que houve impacto significativo e desafios adicionais para os candidatos não brancos durante o período, sendo estes os maiores afetados também na taxa de abstenção, o que evidencia a persistência das desigualdades

raciais como barreira ao acesso às políticas educacionais. Em artigo de Celia Gouvea Collet, intitulado “Tecendo corporeidades e destecendo o cartesianismo: sobre conhecimento, política e corpo na Universidade”, o tema emerge refletido em uma discussão teórica sobre a noção de pensamento corporal. A autora discute os princípios cartesianos construídos e impostos pelo Ocidente em contraposição a outras epistemologias e ontologias. A partir dessa abordagem, traz ao debate as tensões no âmbito da emergência de atores sociais dissonantes do modelo hegemônico das universidades, com a implementação de políticas de ações afirmativas. Indígenas, quilombolas e negros são abordados como “corpos pensantes”, que desequilibram o saber acadêmico eurocentrado. Neste sentido, problematiza a discussão sobre práticas educacionais que evidenciam perspectivas distintas de corporalidade e que se contrapõem àquela que prima pelo corpo-máquina da chamada modernidade, como Teatro do Oprimido, Método Angel Vianna, as práticas das tecelãs andinas e das mulheres indígenas maxakali.

O dossiê traz, ainda, uma resenha do último livro de Muniz Sodré, *O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional*, lançado em 2023 pela editora Vozes. A autora da resenha é a doutoranda em Sociologia Política Kamila Carino Machado. Segundo Kamila, o livro “abre espaço para novas abordagens políticas e culturais que confrontem de maneira direta o racismo e valorizem as identidades negras”.

O conjunto de artigos publicados neste dossiê apresenta repercussões contemporâneas de temáticas caras às ciências sociais, que estão sempre sendo atualizadas por trazerem à tona tensões sociais e políticas. São temas críticos, que demandam aprofundamentos constantes e olhares atentos à emergência de entrecruzamentos que movimentem o cenário do debate público e das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- DURKHEIM, Émile. (1996). As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes.
- DURKHEIM, Émile. (1975). La famille conjugale. In: Textes III: Fonctions sociales et institutions. Paris: Minuit, p. 35-49.
- FRASER, Nancy. (2007). *Reconhecimento sem ética?*. Lua Nova, nº 70, p.101-138.
- FRASER, Nancy. (2009). *Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado*. Lua Nova, nº 77, p.11-39.
- HABERMAS, Jürgen. (2007). A inclusão do outro: estudos de teoria política. 3. "ed.". São Paulo: Loyola.
- HONNETH, Axel. (2003). Luta pelo reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. Rio de Janeiro: Editora 34.
- MALINOWKI, Bronislaw. (2000). Sexo e repressão na sociedade selvagem. Petrópolis: Vozes.
- MALINOWSKI, B. (1982). A vida sexual dos selvagens do noroeste da Melanésia: descrição etnográfica do namoro, do casamento e da vida de família entre os nativos das ilhas Trobriand. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- MARSHAL, T. H. (1967). Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahar.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. (2004). A Questão Judaica. São Paulo: Martin & Claret.
- MEAD, Margaret. (2006). Sexo e temperamento. São Paulo: Perspectiva..
- TAYLOR, Charles. (1994). Multiculturalism: examining the politics of recognition. Princeton: Princeton University Press.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. (1987). A democracia na América. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP.
- WEBER, Max. (1994). A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. Pioneira Editora: São Paulo.
- WEBER, Max. (1967). A religião na Índia: the sociology on hinduism and buddhism. New York, London: The Free Press, Collier-Macmillan Limited.
- WEBER, Max. (1968). The religion of China: Confucianism and Taoism. New York, London: The Free Press, Collier-Macmillan Limited.
- WEBER, Max. (1971). Ensaios de Sociologia. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

Andréa Lopes da Costa

Doutora em Sociologia, professora associada IV da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio).

Edlaine de Campos Gomes

Doutora em Ciências Sociais, professora associada IV da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio).